

# Autobiografia

*Carlos Magno Castelo Branco Fortaleza*

“Eu sou eu e minha circunstância”, dizia José de Ortega y Gasset. Não conheço uma definição melhor para esta biografia. Sou o resultado uma soma de migrações, experiências, influências e decisões. Sou produto da minha origem.

Reza a lenda familiar que certo capitão da Guarda Nacional, Antônio Rodrigues, tinha o apelido de “Fortaleza”, que passou como sobrenome aos filhos. Os *sites* de genealogia registram em documentos e atas de igreja o senhor José Antônio Rodrigues Fortaleza, o primeiro a portar o sobrenome, avô do meu avô. Toda a família se desenvolveu em três cidadezinhas na tríplice fronteira Ceará-Piauí-Pernambuco. Já meus ancestrais maternos, os “Castelo Branco”, vieram de Portugal em sucessivas levas, provavelmente da cidade de mesmo nome, fronteira com a Espanha.

Meus avós paternos eram agricultores analfabetos. Meu pai foi seminarista, office-boy de redação de jornal, e conseguiu ser aprovado na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza-CE. Minha mãe era sua colega de turma. Formaram-se em 1966 e continuam ativos, trabalhando.

Nasci na Maternidade-Escola da UFC em 28 de janeiro de 1972. Nos anos seguintes vivi em São Paulo (onde meus pais faziam suas especializações), Fortaleza e Campos Sales-CE, cidade da tríplice fronteira em que meu pai foi prefeito e onde fiz os primeiros estudos. Voltei à capital cearense em 1982, e lá permaneci até terminar minha faculdade, na mesma universidade pública cursada por meus pais, entre 1989 e 1994. Durante a minha graduação, desenvolvi pesquisas de iniciação científica, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), trabalhando com a transmissão da esquistossomose, uma doença potencialmente grave, em favelas de Fortaleza. Já na época eu me interessava pela pesquisa feita em prol da população, em especial aquela mais economicamente vulnerável. Também fui estagiário no Hospital São José de Doenças Infecciosas durante uma epidemia de cólera, e ali atendi meus primeiros pacientes

com aids, tuberculose e meningites. Nesse momento, no quinto ano da faculdade, fiz a opção pela infectologia como especialidade médica.

Fui aprovado na residência médica da Unicamp (Campinas-SP), e iniciei minhas atividades em fevereiro de 1995. Naquela época, ainda não estava disponível a “terapia antirretroviral potente e combinada”, nome técnico que damos ao coquetel de medicamentos capaz de controlar a progressão da aids. Pessoas com o vírus HIV se aglomeravam no pronto-socorro, abandonadas por suas famílias, estigmatizadas pela sociedade e muitas vezes desprezadas pelos próprios médicos. Sim, naquele tempo era uma missão difícil conseguir uma tomografia computadorizada ou um procedimento cirúrgico de urgência para as pessoas vivendo com HIV/Aids. Quando ficavam graves, nós éramos seus intensivistas, pois a UTI não aceitava tais pacientes. Tive a sorte de trabalhar com docentes e médicos vocacionados, verdadeiros militantes pela saúde e qualidade de vida destes, e também de todas as pessoas acometidas por infecções. Vivi uma epidemia de sarampo e atendi a casos esporádicos de febre amarela. Testemunhei a Febre Maculosa (doença do carrapato) reaparecer e causar grande número de mortes nos municípios daquela região. Por fim, e algo que me marcaria por toda a vida, tomei conhecimento do imenso impacto das infecções hospitalares, capazes de ceifar vidas de pessoas que buscavam atendimento pelas mais diversas razões.

Já em meu último ano de residência (1997) iniciei pesquisa com métodos moleculares que permitiam esclarecer a ocorrência e a origem de surtos infecciosos dentro dos hospitais, estudo que viria a desenvolver plenamente em Botucatu, no Mestrado em Patologia, defendido em 1999. Esse foi o primeiro período em que residi nesta cidade, à qual voltaria em breve. No ano 2000 fui contratado pelo Hospital de Clínicas da Unicamp e pelo Hospital Municipal Mário Gatti, da prefeitura de Campinas. Em ambos desenvolvi ações de prevenção e controle de infecção hospitalar, além de auditoria para uso correto dos antibióticos. Ao mesmo tempo, desenvolvi meu doutorado na Unicamp, analisando a relação entre uso de antibióticos e a disseminação de bactérias resistentes no hospital.

Minhas circunstâncias se modificaram radicalmente em 2003. Com 31 anos, fui convidado pelo professor Luiz Jacintho (meu antigo preceptor na Unicamp) e pelo dr. Luís Roberto Barradas Barata (Secretário de Estado da Saúde) para

coordenar o Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) de São Paulo. O CVE é um órgão que monitora a ocorrência das doenças infecciosas, sendo responsável pelas medidas de prevenção, que incluem todo o Programa de Imunizações do Estado de São Paulo. Também é sua função identificar e mitigar potenciais epidemias. A primeira que combati foi a SARS, uma doença causada por coronavírus que deixara todo o mundo em alerta. Lembro com clareza de atravessar noites interrogando casos suspeitos em hotéis de luxo, porque uma fotógrafa que viera cobrir o Grande Prêmio de Fórmula 1 esta internada com suspeita de SARS. Ainda naquele mês (fevereiro de 2003) organizei em pleno carnaval a vacinação contra febre amarela na margem paulista do Rio Grande, após serem identificadas mortes de macacos em Miguelópolis-SP. Pouco depois investiguei a primeira epidemia brasileira de micobactérias (parentes do bacilo da tuberculose) em cirurgias de próteses mamárias. Esta chamou a atenção mundial para o que chamamos de uma “doença emergente”, e o próprio Centro de Controle de Doenças (CDC) dos Estados Unidos solicitou nossa consultoria.

Entre 2003 e 2005, como diretor do CVE, criei os programas estaduais de controle da leishmaniose e de infecção hospitalar. Fundei o treinamento em “epidemiologia de campo”, espécie de pós-graduação em investigação e controle de epidemias, que preparou diversos profissionais hoje ocupando posições de destaque na saúde do Estado e do país. Tentei – sem sucesso – transformar a estrutura do CVE em um verdadeiro CDC brasileiro, sonho que perdura até hoje (e sobre o qual tenho sido consultado, inclusive pelo Governador João Dória e pelo presidente da FAPESP, Luiz Eugênio Mello).

Pouco após defender meu doutorado, em janeiro de 2005, substituí o professor Luiz Jacintho, acumulando a função de Coordenador de Controle de Doenças (CCD) e Superintendente de Controle de Endemias (SUCEN). Exerci a função similar a pro-reitor para a Pós-Graduação em Doenças Infecciosas da Secretaria de Estado da Saúde. Iniciei a reorganização das regionais de vigilância epidemiológica e sanitária, retirando os núcleos do interior das Diretorias Regionais de Saúde (DRS) e os vinculando diretamente à CCD. Tenho orgulho de ter convidado e nomeado a doutora Cristina Megid, uma botucatuense, para coordenar a vigilância sanitária do Estado. Além de continuar no cargo até hoje, ela foi nomeada uma das

10 personalidades do ano em 2008, pela sua ação na campanha anti-tabagismo. Tenho também o orgulho de ter viabilizado a introdução no calendário vacinal infantil das vacinas contra varicela e rotavírus.

Por toda a minha vida busquei construir pontes entre a universidade, com sua função de pesquisa e formação, e o serviço público de saúde. Iniciei minhas atividades de professor na Unesp após aprovação por concurso em 2003. Nos meus primeiros anos de docência, utilizei minha experiência em epidemiologia como base para o ensino e a pesquisa.

Em 2007, com a transição da gestão do governador Geraldo Alkmin para José Serra, o doutor Barradas foi convidado a continuar secretário da saúde. “Qualquer desistência será considerada uma deserção”, disse ele em um discurso. Pretendia manter sua equipe. No entanto, tornava-se cada vez mais difícil conciliar as atividades de gestão e aquelas na universidade. Afinal, estavam sob coordenação da CCD as vigilâncias epidemiológica e sanitária, o centro de referência de aids e os Institutos Adolfo Lutz, Pasteur, Clemente Ferreira e Lauro de Souza Lima, este último uma referência internacional no tratamento da hanseníase. Ao mesmo tempo, eu ensinava, acompanhava pacientes no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (HC-FMB) e fazia pesquisa. Com enorme hesitação, comuniquei ao secretário minha intenção de direcionar todo o meu trabalho à universidade.

De início, devido ao meu vínculo de tempo parcial na Unesp, complementava meu trabalho no Hospital Estadual Bauru, no qual também desenvolvi pesquisa, e com cujo material tenho orgulho de ter publicado 12 artigos em revistas internacionais de alto impacto. Somente em 2010 meu regime foi convertido em “dedicação integral à docência e pesquisa”, o famoso RDIDP unespiano. Nesse período eu já entrara como docente permanente na pós-graduação em doenças tropicais e orientava meus primeiros alunos de mestrado.

Casei-me em 2008, e constituí minha família botucatuense. Já antes eu tinha dois filhos, aqui nascidos. Complementei a família com uma mocinha então com seis anos (a filha que sempre quis ter) e com um novo menino, que nasceu em plena pandemia de H1N1, em 2009.

Exerci a chefia do departamento (então chamado de “Doenças Tropicais e Diagnóstico por Imagem”) por três mandatos, o primeiro iniciado em 2007. Em 2010 Assumi a presidência da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar do HC-FMB, cargo que mantenho até hoje. Fui presidente da Comissão Permanente de Pesquisa da FMB por dois mandatos, e coordeno o Escritório de Apoio à Pesquisa da faculdade desde 2016. A partir de 2017, tornei-me coordenador do Programa de Pós-Graduação em Doenças Tropicais, cargo a que fui reconduzido em 2021.

Tenho grande entusiasmo pelo ensino. Coordeno há oito anos o internato (5º ano) em Doenças Infecciosas, e fui entre 2018 e 2020 o preceptor da residência médica em infectologia. Coordenei um Programa de Educação Para o Trabalho (PET-Saúde) abordando com alunos a vacinação de adultos em Botucatu e também o projeto de extensão “Além dos Muros”, que analisava condições de vida no distrito de Rubião Júnior.

Fui presidente da Associação Paulista de Estudos e Controle da Infecção Hospitalar (APECIH) entre 2017 e 2020. Sou desde 2018 membro da diretoria da *International Federation for Infection Control*, ali representando a América Latina. Desde 2021, sou também presidente da Sociedade Paulista de Infectologia. Presto consultorias à Organização Pan-Americana de Saúde, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Fundação Bill & Melinda Gates, entre outras. Sou membro da Comissão Nacional de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde, sediada na ANVISA. Realizei cooperação *ad hoc* nos programas nacionais de febre amarela e imunizações.

Acredito que minhas contribuições científicas se deram em duas áreas. A primeira delas é a infecção hospitalar. Considero um drama que pessoas que se internam buscando saúde (por exemplo, para uma cirurgia) adquiram bactérias ou fungos no hospital, muitas vezes morrendo dessas infecções. Tenho trabalhado incansavelmente contra isso. Minha pesquisa identificou novos determinantes das infecções hospitalares, como por exemplo o clima e a presença de muitos pacientes recebendo antibióticos. Também fui um dos pesquisadores a demonstrar que bactérias se espalham de um hospital a outro quando pacientes são transferidos, achado que desencadeou uma colaboração com a Universidade de Freiburg, na

Alemanha. Realizei intervenções que resultaram em redução de dois terços nas infecções em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) do HCFMB, cujos resultados foram publicados e apoiam ações semelhantes em outros serviços. Coordenei o braço epidemiológico de um estudo de âmbito nacional que quantificou a ocorrência e o impacto dessas infecções. Voltei-me então para a prevenção da contaminação de cirurgias nos pequenos hospitais, aqueles com menos de cinquenta leitos, negligenciados tanto pela ciência quanto pelas políticas públicas. Pesquisei a circulação de bactérias resistentes em casas de repouso e entre pacientes acamados, em domicílio.

A outra vertente da minha atividade científica é o controle de endemias e epidemias. Nesse sentido, estudei a ressurgência da febre amarela na região de Botucatu em 2009, ao mesmo tempo que colaborei com a rápida instituição da vacinação em massa contra aquela doença. Estudei opções de tratamento para leishmaniose visceral e os fatores associados à falha dessa terapia. Orientei uma tese que modificou a percepção dos fatores associados à progressão da doença de Chagas. Analisei o impacto da exigência de receita médica para venda de antibióticos sobre a resistência bacteriana em infecções urinárias. Com o advento da covid-19, esse eixo de “epidemiologia na comunidade” passou a ocupar 90% do meu tempo.

A pandemia foi um capítulo completamente novo em minha vida. Na verdade, acredito que o foi para todos. Foi a segunda vez em que precisei me preocupar com um coronavírus – o que me trazia *flashbacks* da SARS em 2003. Minha preocupação máxima era com o interior do Brasil, e de São Paulo em particular. Sabia que os estudos abordariam as regiões metropolitanas, e temia que as medidas de controle negligenciassem municípios menores. Por essa razão procurei o então reitor da Unesp, professor Sandro Valentini, e defendi que esta universidade (com seus 24 institutos distribuídos em todo o Estado) deveria ser o foco da pesquisa e a base para a mitigação dessa nova doença no interior paulista. Após reunião com os pro-reitores de pesquisa e de pós-graduação, entrei em contato com virologistas, geógrafos médicos e especialistas em simulação computacional de epidemias. Formamos um grupo que se tornou mais robusto quando a reitoria foi assumida pelo professor Pasqual Barretti, médico nefrologista com enorme sensibilidade para a saúde pública.

Em 26 de fevereiro de 2020 iniciei minhas atividades no Comitê de Contingência contra a covid-19, convidado pelo governador João Dória. Mantive-me como um colaborador assíduo, e não hesitei em discordar educadamente do governador ou da Secretária Patrícia Ellen quando achei necessário. Estavam ali comigo os maiores especialistas do Estado. Foi um convívio fraterno e enriquecedor, que durou até a extinção daquele comitê, em agosto de 2021.

Na área de pesquisa primeiros estudos abordaram a vulnerabilidade de municípios distantes das metrópoles, e qual a importância da mobilidade humana na dispersão do coronavírus. Esses estudos influenciaram fortemente as ações do Comitê de Contingência do Estado.

A seguir, com um recurso FAPESP de pesquisa para o sus (PPSUS) estudei a eficácia de uma heparina enriquecida (patenteada pelo professor Matheus Bertanha, da FMB-UNESP) no tratamento dos casos internados de covid-19. Tudo isso culminou com o estudo de efetividade da vacina FiOCruz/AztraZeneca, que levou à vacinação em massa da população de Botucatu.

Acredito muito na união de boas vontades. Ocorreu, então, que o professor Pasqual Barretti me contactou informando que o prefeito Pardini negociava a compra de vacinas da Janssen para toda a população do município. Nesse momento, surgiu a ideia de fazer um estudo de efetividade, algo que anteriormente só havia ocorrido com a Coronavac® em Serrana-SP. Depois de algumas idas e vindas, entrei em contato com a pesquisadora da Universidade de Oxford Sue Clemmens, através de uma pesquisadora e amiga comum. A ideia foi recebida com entusiasmo, especialmente quando expliquei que Botucatu tem uma equipe de vacinação excepcional e diversos laboratórios de biologia molecular. Pediu-me que apresentasse um projeto no prazo dois dias. Foram uma sexta-feira e um sábado em que trabalhei das 7h00 às 23h00. No domingo pela manhã, já estávamos em reunião com Oxford para discutir detalhes metodológicos. Mas de forma geral, o desenho que fiz para a pesquisa foi mantido.

O passo seguinte foi dado pelo Secretário Municipal da Saúde André Spadaro e pelo prefeito Mário Pardini. Ambos fizeram todas as negociações com o ministério para que houvesse a disponibilidade das vacinas do estudo. Essas negociações

abriram as portas para que conseguíssemos, junto ao CNPq, onze milhões de reais para financiamento dos braços clínicos e laboratoriais. A excelente estratégia de usar postos eleitorais para a vacinação em massa foi ideia do secretário Spadaro.

A vacinação foi um sucesso. Análises preliminares mostram efetividade superior a 80% para o adoecimento, 95% para internações e 100% para mortes. Enfatizamos isso: entre maio e novembro de 2021, período em que durou o acompanhamento do estudo, nenhum dos vacinados morreu de covid-19. O estudo ainda está em andamento, na vertente que propõe sequenciamento de todos os casos de covid-19 do Polo Cuesta no período do acompanhamento clínico. Adicionalmente, a pesquisa pôs Botucatu em destaque no mapa-mundi dos estudos sofisticados em vacinologia.

Ao longo da minha carreira, publiquei 99 artigos científicos em revistas internacionais. Orientei 16 pós-graduandos em mestrado e 10 em doutorado, além de algumas dezenas de residentes médicos e alunos bolsistas de iniciação científica. Sou bolsista de produtividade do CNPq, o que quer dizer que recebo um valor simbólico conferido aos que se destacam na ciência Nacional. Sou ainda membro do Conselho Editorial Internacional do *Journal of Hospital Infection*, mas importante periódico internacional na área de controle de infecção.

Captei vários recursos para pesquisa junto à FAPESP, CNPq e Finep (Financiadora de Estudos e Projetos, do governo federal). Ganhei em edital da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) de 2020 um recurso vultoso para montar um laboratório para vigilância mundial de doenças de potencial pandêmico. Explicando, trabalho atualmente com monitorização global de redes sociais para identificar o aparecimento, em qualquer lugar do mundo, de uma doença que possa causar uma nova pandemia.

Gosto igualmente de cuidar de pacientes, de ensinar e de fazer pesquisa. Minha vida me levou a exercer, diversas vezes, funções de gestão. Também a participar de várias comissões universitárias, das quais destaco o Conselho Editorial da Editora Unesp.

Por escolha, nunca exerci medicina privada. Vivo modestamente em um bairro simples. Se pude conhecer lugares como os subterrâneos de Belgrado

(Sérvia), as favelas de Nova Delhi (Índia) ou o campo de concentração de Auschwitz (Polônia), o fiz nas folgas de viagens de trabalho, nas quais passei 90% do tempo focado nas colaborações científicas com pesquisadores locais. Nesses e em outros países não me interessavam as grandes atrações turísticas. Quis ver as pessoas comuns, e meditar sobre o quanto de sofrimento atual e passado cada pedaço do globo traz em si.

Penso que minha função, como médico, professor e pesquisador, é melhorar a saúde e a vida das pessoas. Acredito em ações sociais governamentais. Não sou filiado a nenhum partido. Ou melhor: digo que tenho dois partidos, o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Universidade Pública e Gratuita. Trabalhei com os governos Fernando Henrique, Lula, Dilma e Temer – em nenhum momento em ações políticas. No Estado, tive cargos no governo Alckmin e colaborei frequentemente na gestão José Serra.

Sou um leitor voraz, tenho uma biblioteca com 3.000 livros físicos e um número semelhante de *e-books*. Colabora para esse hábito uma insônia que me acompanha desde a infância. Porém nada me dá mais prazer que jogar futebol ou videogame com meu filho de 12 anos, passar uma tarde de sábado assistindo filmes em família, tomar cervejas artesanais em uma noite de sexta-feira.

Botucatu é uma cidade a que cheguei aos poucos. Desde 1996, quando nasceu meu primeiro filho, fiz várias tentativas de me estabelecer aqui. Morei entre 1998 e 1999, e voltei parcialmente entre 2003 e 2007. A partir daí lancei âncora neste município que muito me acolheu e que me deu, repito, o que há de mais precioso: uma esposa inspiradora, filhos de que me orgulho. Se em minhas atividades pude colaborar de alguma forma para a saúde dos botucatuenses, é algo que muito me alegra.

Neste ano, em 28 de janeiro, completei 50 anos. É um momento em que, fatalmente, olhamos para nosso passado e perguntamos: “valeu a pena?”. Ao mesmo tempo, pensando que agora a vida caminha “ladeira abaixo”, como posso continuar a ser útil à minha família e à sociedade. São questões que deixo em aberto. Porém também senti a necessidade de retornar meus estudos da língua francesa e alemã.

De volta à pandemia, preciso dizer que a vivi internamente como um momento único, de catástrofe, para o qual as medidas usadas em problemas usuais não se aplicam. Ela não foi menos mortal que uma guerra. Para discutir seus significados, tive diálogos com filósofos contemporâneos célebres como John Worrall (London School of Economics, Inglaterra), James Robert Brown (University of Toronto, Canadá), Alex Broadbent (University of Johannesburg, África do Sul) e Nancy Cartwright (University of San Diego, EUA). Meu interesse era levar a discussão para além das medidas sanitárias, para sua dimensão humana.

Reitero meu amor ao verdadeiro povo, minha solidariedade com os mais vulneráveis, meu repúdio ao sexismo, racismo e homofobia. Vi muitas vezes pessoas LGBTQIA+ abandonadas à própria sorte, sem família ou qualquer ponto de apoio, consumidas pela aids e pela tuberculose. Faço plantão no Hospital de Álcool e Drogas (SARAD), onde vejo aqueles largados ao vício, com histórias de tratamentos prévios degradantes e ineficazes. Constatar o retorno da fome em amplas proporções me assusta.

Espero, senhores, ter tempo e vida para ajudar a mudar essa situação. Estou certo de que essa é a missão de todos. Se minha jornada em tantos lugares me trouxe a Botucatu, esse foi um evento particularmente feliz. Essa serra é minha morada, e provavelmente o lugar onde descansarão meus ossos ao fim da jornada longa e sinuosa. Tem um lugar especial no meu coração. Mas creio que devemos levar nosso idealismo além, para todos os brasileiros. Nesse aspecto, a Unesp pode despontar como pilar da saúde e bem-estar nacionais. Temos muitos pesquisadores de destaque, e um hospital que oferece tratamento gratuito de alta efetividade. Tenho imenso orgulho desse hospital, dessa universidade, desta cidade. Terei sempre.